



Domingo de tarde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

01 — AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL
BLOCO 02

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse SOMENTE caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, e garrafa de água, sem rótulo. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTEM **80 QUESTÕES LEGÍVEIS**;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES APRESENTA O **NÚMERO E O CARGO** REFERENTES À INSCRIÇÃO REALIZADA;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 05 HORAS.**

4. Cada questão oferece **4 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, e D**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. A PESSOA CANDIDATA **DEVE ASSINAR A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da(s) folha(s) definitiva(s) de respostas.

7. **HAVERÁ O TOQUE DO 3º SINAL SONORO DE ENCERRAMENTO DAS PROVAS**, CONFORME CONTROLE DO QUADRO DE SALA.

8. As três últimas pessoas candidatas deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DA PESSOA CANDIDATA.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.



Concursos

fundatec

ISO 9001

RASCUNHO
Utilize esse espaço para anotar suas respostas

*A anotação neste rascunho NÃO substitui o preenchimento da folha definitiva de respostas.

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

DIREITO CIVIL, EMPRESARIAL E PENAL

QUESTÃO 01 – Ana e Clara são irmãs e residem com seus pais. Ana, de 23 anos, é portadora de síndrome de Down e recentemente concluiu o curso de Bacharelado em Geografia. Clara, de 15 anos, mantém união estável com Carlos, que há um mês passou a residir na casa dos pais de Ana. De acordo com as regras de Direito Civil, é correto afirmar que:

- A) Ana e Clara são capazes.
- B) Ana e Clara são relativamente incapazes.
- C) Ana e Clara são absolutamente incapazes.
- D) Ana é capaz, e Clara é absolutamente incapaz.

QUESTÃO 02 – Jorge faleceu e destinou por testamento determinada quantia para a constituição de uma fundação para a pesquisa científica de medicamentos. Considerando isso, é correto afirmar que:

- A) A constituição de fundação é inviável, pois, considerando os objetivos de Jorge, deveria ser constituída uma associação.
- B) A constituição de fundação é inviável, pois, considerando os objetivos de Jorge, deveria ser constituída uma sociedade simples.
- C) A pretensão de Jorge é viável e caberá ao Ministério Público do Estado velar pela fundação.
- D) A pretensão de Jorge é viável e caberá ao Município indicar o administrador da entidade.

QUESTÃO 03 – A Sociedade Comércio de Roupas Ltda., tendo conhecimento de que seria submetida à fiscalização fiscal municipal, realizou a alteração de datas e valores em diversos documentos, que deixaram de corresponder à realidade de suas negociações. Considerando o regramento do Direito Civil, é correto afirmar que a conduta da empresa representa _____, acarretando a _____ dos referidos atos.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) fraude a credores – nulidade
- B) fraude a credores – anulabilidade
- C) simulação – nulidade
- D) simulação – anulabilidade

QUESTÃO 04 – A Sociedade Comércio de Alimentos Ltda. realizou a locação do prédio onde estava instalada uma de suas filiais para a Sociedade Restaurantes Ltda. Considerando as regras do Direito Civil sobre posse, assinale a alternativa correta em relação ao prédio locado.

- A) Ambas as sociedades são consideradas possuidoras diretas.
- B) Ambas as sociedades são consideradas possuidoras indiretas.
- C) A Sociedade Comércio de Alimentos Ltda. é possuidora direta, e a Sociedade Restaurante Ltda. é possuidora indireta.
- D) A Sociedade Comércio de Alimentos Ltda. é possuidora indireta, e a Sociedade Restaurante Ltda. é possuidora direta.

QUESTÃO 05 – Em relação àquele que exerce profissionalmente atividade rural, é correto afirmar que:

- A) A legislação veda a sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- B) Estando inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, se preenchidos os demais requisitos legais, poderá requerer recuperação judicial.
- C) Quando atua de forma individual, a sua inscrição como empresário deve ser realizada no Cartório de Títulos e Documentos; quando atua de forma coletiva, perante o Registro Público de Empresas Mercantis.
- D) Tem a obrigação de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais.

QUESTÃO 06 – A Sociedade Editora Boa Leitura Ltda., com sede na cidade de Caxias do Sul, realizou inscrição de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. O uso exclusivo de seu nome empresarial é assegurado nos limites:

- A) Do Estado do Rio Grande do Sul.
- B) De todo o território nacional.
- C) Da cidade de Caxias do Sul, exclusivamente.
- D) Da cidade de Caxias do Sul e das cidades em que constituir filiais.

QUESTÃO 07 – No que se refere à sociedade limitada, analise as assertivas a seguir:

- I. Não admite a contribuição com serviços para a formação do capital social.
- II. Pessoas casadas entre si pelo regime da comunhão universal não poderão atuar conjuntamente como sócios na mesma sociedade limitada.
- III. É regida pelo Código Civil e subsidiariamente pela legislação das sociedades anônimas, mas o contrato social poderá indicar a aplicação subsidiária das regras da sociedade simples.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.

QUESTÃO 08 – Paulo David, servidor público do Município de Caxias do Sul, apropriou-se da quantia de dez mil reais, recebida de um contribuinte como quitação de um débito tributário em favor da prefeitura. Nos termos do Código Penal Brasileiro, a conduta de Paulo David configura crime de:

- A) Peculato.
- B) Apropriação indébita.
- C) Furto qualificado.
- D) Concussão.

QUESTÃO 09 – Sobre os crimes contra a Administração Pública dispostos no Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber ser indevida comete o crime de excesso de exação.
- B) O funcionário público que solicita vantagem indevida para fazer ou não fazer algo inerente à sua função pública comete crime de corrupção ativa.
- C) Deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo configura crime de condescendência criminosa.
- D) Comete crime de prevaricação o funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

QUESTÃO 10 – Analise as assertivas abaixo:

- I. João, com o objetivo de matar Miguel, desferiu dois disparos de arma de fogo contra a vítima enquanto esta dormia. Após a perícia, constatou-se que Miguel já estava morto quando foi atingido pelos disparos, pois havia sofrido um infarto fulminante horas antes. Nesse caso, João não responderá pelo homicídio.
- II. Diz-se crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- III. O indulto e a prescrição extinguem a punibilidade do agente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) I, II e III.

Execução: Fundatec

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11 – Em relação ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo.
- B) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- C) As Constituições Estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas, que serão integrados por nove Conselheiros.
- D) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver, vedada sua extinção, criação ou instalação.

QUESTÃO 12 – No que se refere ao terceiro setor, assinale a alternativa correta.

- A) As entidades inseridas no conceito de terceiro setor são criadas pelo Estado por norma legal, devendo sua extinção seguir os mesmos moldes da norma que as criou.
- B) A parceria realizada entre o poder público e as organizações sociais se dará por meio de termo de fomento.
- C) Para serem qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as entidades devem estar em regular funcionamento por um período mínimo de três anos.
- D) As fundações públicas poderão ser qualificadas como OSCIP desde que celebrado o contrato de gestão e os repasses públicos sejam exclusivos ao fomento das atividades de interesse social.

QUESTÃO 13 – A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) procurou padronizar as contratações públicas. Sobre isso, assinale a alternativa correta.

- A) Não se subordinam ao regime da Lei de Licitações os contratos de locação.
- B) Um dos objetivos do processo licitatório é o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.
- C) Só será possível a exigência do seguro-garantia para as modalidades de licitação de concurso e concorrência.
- D) A modalidade diálogo competitivo é restrita às contratações em que a Administração Pública tenha por objeto a publicidade e a contratação de profissional do setor artístico.

QUESTÃO 14 – A reforma tributária promoveu relevante alteração no texto constitucional, especialmente por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, com o objetivo de simplificar a tributação sobre o consumo no Brasil. Diante desse novo cenário, acerca do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), assinale a alternativa correta.

- A) Não incidirá o IBS nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- B) O IBS será informado pelo princípio da neutralidade e da primazia do local da saída da operação.
- C) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei complementar, pela maioria simples dos votantes presentes.
- D) O IBS será não cumulativo, excetuadas exclusivamente as operações consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas por decreto do chefe do executivo correspondente.

QUESTÃO 15 – Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca das espécies tributárias que podem ser instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

- A) A Constituição prevê apenas impostos e taxas como espécies tributárias, cabendo à lei complementar criar outras modalidades de tributos.
- B) As taxas poderão ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.
- C) As contribuições de melhoria poderão ser cobradas independentemente da realização de obra pública, desde que haja valorização econômica indireta.
- D) Os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal, mas não poderão ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

QUESTÃO 16 – Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre as leis orçamentárias.

- A) A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para despesas de capital e programas de duração continuada.
- B) O Plano Plurianual (PPA) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
- C) As leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e orientará a elaboração da LOA.

QUESTÃO 17 – No que se refere a atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Decreto e regulamento não se confundem. Enquanto o decreto é o conteúdo do ato, o regulamento refere-se à forma.
- B) Os regimentos são atos administrativos de controle que elencam regras taxativas de funcionamento e de organização dos órgãos simples e compostos.
- C) O decreto regulamentar fundamenta-se no poder de polícia; o regimento, no poder disciplinar.
- D) Os ofícios são atos administrativos responsáveis pela formalização da comunicação, escrita e oficial, entre órgãos públicos, entidades públicas e entre órgãos públicos e particulares.

QUESTÃO 18 – Sobre as súmulas do STJ e do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- B) A Lei nº 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.
- C) Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.
- D) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 19 – Com base no regime das licitações internacionais previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) Nas licitações internacionais, o edital poderá prever condições de habilitação e julgamento que estabeleçam tratamento mais vantajoso ao licitante nacional, ainda que isso dificulte o acesso do licitante estrangeiro, priorizando serviços e bens produzidos em território nacional.
- B) A cotação de preço em moeda estrangeira, quando admitida para licitante estrangeiro, deverá ser vedada ao licitante brasileiro, em razão da necessidade de preservação da política monetária nacional.
- C) Quando permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, igual possibilidade deverá ser assegurada ao licitante brasileiro, sendo o pagamento a este efetuado em moeda corrente nacional.
- D) Nas licitações internacionais, as garantias de pagamento ao licitante brasileiro poderão ser inferiores às oferecidas ao licitante estrangeiro, desde que haja previsão expressa no edital.

QUESTÃO 20 – Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da repartição das receitas tributárias.

- A) Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.
- B) Pertence aos Estados a totalidade do produto da arrecadação do ITR relativo aos imóveis rurais situados em seus territórios.
- C) Pertence à União 50% do produto da arrecadação do IPVA sobre veículos licenciados nos Municípios.
- D) Pertence aos Municípios 20% do produto da arrecadação do imposto residual eventualmente instituído pela União.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUESTÃO 21 – Sobre as características de bancos de dados do tipo NoSQL (Not Only SQL), é INCORRETO afirmar que:

- A) São utilizados para modelos de dados não relacionais.
- B) Utilizam modelos de armazenamento flexíveis.
- C) Podem armazenar dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.
- D) Priorizam o uso de junções e a normalização das estruturas de dados.

QUESTÃO 22 – Na abordagem relacional de banco de dados, ao converter um relacionamento de cardinalidade Muitos-para-Muitos (N:M) do modelo conceitual para o modelo lógico, qual é o procedimento padrão necessário?

- A) Criar uma nova tabela associativa com chaves estrangeiras.
- B) Utilizar atributos multivalorados em ambas as tabelas.
- C) Adicionar a chave de uma tabela como atributo na outra.
- D) Mesclar as duas entidades em uma única tabela.

QUESTÃO 23 – No que se refere à linguagem SQL/ANSI, analise as assertivas abaixo:

- I. O operador UNION ALL retorna todas as linhas de ambas as consultas envolvidas, removendo possíveis duplicatas.
- II. O comando TRUNCATE TABLE é usado para remover todas as linhas de uma tabela, mantendo a estrutura da tabela intacta.
- III. Ao utilizar o comando UPDATE sem cláusula WHERE, nenhuma linha da tabela é alterada.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.

QUESTÃO 24 – De acordo com Inmon (2005), assinale a alternativa que NÃO apresenta uma característica fundamental de um Data Warehouse.

- A) Integrado – os dados vindos de diferentes sistemas operacionais e fontes heterogêneas são padronizados e limpos antes de serem gravados.
- B) Variável no tempo – todos os dados são associados a um ponto específico no tempo, ao contrário dos sistemas operacionais que mostram apenas o estado atual.
- C) Volátil – os dados não são permanentes, sofrendo atualizações, alterações e exclusões frequentes e em tempo real.
- D) Orientado a assunto – os dados são organizados em torno dos principais temas da organização, e não em torno de funções ou processos do dia a dia.

QUESTÃO 25 – No contexto de engenharia de dados, assinale a alternativa que corresponde à tarefa tipicamente executada no processo de transformação (Transform) do ETL.

- A) Gravação e persistência final dos dados estruturados no ambiente de destino.
- B) Limpeza, padronização, organização e aplicação de regras de negócio sobre os dados brutos extraídos.
- C) Particionamento de tabelas físicas no ambiente de destino e exclusão dos logs gerados pela extração dos dados brutos.
- D) Conexão às APIs de origem para leitura e captura dos dados em tempo real.

QUESTÃO 26 – Sobre a modelagem de processos de negócio utilizando a notação BPMN 2.0 (Business Process Modeling Notation), analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Uma lane (raia) é uma subdivisão dentro de um pool (piscina) que serve para organizar as atividades e definir claramente quem é o responsável por cada tarefa em um processo.
- () Uma tarefa de usuário é uma atividade que deve ser executada sem o auxílio de qualquer motor de execução de processos de negócios ou aplicativo.
- () Um gateway exclusivo é representado por um losango vazio ou com um "X" no centro, sendo utilizado para controlar a divergência e a convergência de fluxos em um processo.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V.
- B) V – V – F.
- C) F – V – F.
- D) F – F – V.

QUESTÃO 27 – O clustering (agrupamento) é uma técnica de aprendizado de máquina usada para agrupar objetos, dados e observações com base em semelhanças e padrões, sendo classificada como um tipo de aprendizado:

- A) Por reforço.
- B) Não supervisionado.
- C) Supervisionado.
- D) Semissupervisionado.

QUESTÃO 28 – Sobre a relação hierárquica entre Inteligência Artificial (IA), Machine Learning (ML) e Deep Learning (DL), considerando que o símbolo $\supset$ representa uma relação de inclusão (o elemento da esquerda contém o elemento da direita), é correto afirmar que:

- A) $DL \supset ML \supset IA$
- B) $ML \supset DL \supset IA$
- C) $IA \supset DL \supset ML$
- D) $IA \supset ML \supset DL$

QUESTÃO 29 – De acordo com o Guia do Scrum, versão 2020, é uma responsabilidade exclusiva do Product Owner:

- A) Maximizar o valor do produto resultante do trabalho do Scrum Team.
- B) Criar incrementos utilizáveis a cada Sprint.
- C) Ajudar o Scrum Team e a organização a entender a teoria e a prática do Scrum.
- D) Garantir a eficácia do Scrum Team.

QUESTÃO 30 – Os Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) são métricas quantificáveis essenciais para monitorar a evolução de empresas, projetos ou equipes rumo às suas metas (**1ª parte**). Eles revelam a eficácia das ações praticadas, orientam a alocação inteligente de recursos e priorizam os pontos de melhoria (**2ª parte**), fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões operacionais e estratégicas com foco exclusivo na excelência do atendimento ao cliente (**3ª parte**).

Quais partes estão corretas?

- A) Apenas a 1ª parte.
- B) Apenas a 3ª parte.
- C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- D) Apenas a 2ª e a 3ª partes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 31 – O Estado depende de receitas derivadas para a obtenção de recursos e, para isso, utiliza o patrimônio do particular através do poder de império. Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- A) As limitações constitucionais ao poder de tributar são cláusulas pétreas, uma vez que os princípios da legalidade, da isonomia, da segurança jurídica, da vedação ao confisco, bem como as imunidades protegem direitos e garantias individuais.
- B) O princípio da legalidade decorre do próprio princípio democrático, uma vez que os representantes eleitos aprovam os tributos em nome do povo, para o povo e vinculados às atividades prestacionais ao povo.
- C) Os Municípios, em razão de sua competência suplementar, podem ter índices próprios relativos aos seus tributos, podendo ultrapassar o percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- D) As mitigações ao princípio da legalidade são hipóteses em que a fixação da alíquota do tributo pode ser alterada por decreto, assim como as bases de cálculo.

QUESTÃO 32 – No que se refere às obrigações tributárias, é correto afirmar que:

- A) Assim como as obrigações principais, as obrigações acessórias estão sujeitas ao princípio da legalidade, conforme artigo 97 do Código Tributário Nacional (CTN).
- B) A obrigação principal surge com a ocorrência da hipótese de incidência, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- C) A obrigação tributária principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, e o CTN acabou por definir que tal obrigação é sempre de dar (dinheiro), jamais fazer ou deixar de fazer algo.
- D) O sujeito passivo das obrigações principal e acessória é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou da penalidade tributária.

QUESTÃO 33 – Segundo a doutrina, o lançamento tributário tem natureza constitutiva do crédito tributário. Em relação ao lançamento, é correto afirmar que:

- A) A competência para o lançamento é privativa da autoridade administrativa.
- B) Admite-se a delegação do lançamento tributário, assim como a sua avocação por autoridade superior da Administração Pública fiscal.
- C) O lançamento é realizado mediante ato administrativo discricionário.
- D) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de decisão do colégio fiscal.

QUESTÃO 34 – O IVA dual é composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre União, Estados, DF e Municípios e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União Federal. Acerca desses tributos, é INCORRETO afirmar que:

- A) O IBS e a CBS incidem sobre qualquer importação de bens e serviços, inclusive por não contribuintes habituais, qualquer que seja sua finalidade.
- B) Além das imunidades constitucionais, a Lei Complementar nº 214/2025 prevê hipóteses em que não há incidência do IBS e da CBS por ausência de fato gerador típico, por inexistência de circulação econômica tributável ou da decisão do legislador de excluir determinadas operações da incidência, ainda que estejam próximas do consumo.
- C) Reembolsos e ressarcimentos por operações feitas em nome de terceiros não integram a base de cálculo do IBS e da CBS.
- D) As alíquotas de referência são instrumentos técnicos definidos por resolução do Congresso Nacional, garantindo a neutralidade fiscal, sendo este um dos objetivos expressos da reforma tributária.

QUESTÃO 35 – O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um dos tributos com prazo de extinção fixado pela reforma tributária. Contudo, até o ano de 2033, as alíquotas serão fixadas nas proporções desenhadas no art. 128 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Sobre o ICMS, é correto afirmar que:

- A) O serviço de transporte tributado pelo ICMS abarca o intramunicipal e o internacional.
- B) O ICMS poderá ser seletivo, podendo a lei definir alíquota diferenciada do imposto a depender da essencialidade da mercadoria ou serviço.
- C) É dever do Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria simples de seus membros.
- D) Incide o ICMS nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, ante a possibilidade de patrocínio por terceiros.

QUESTÃO 36 – A reforma tributária sobre o consumo, inaugurada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, introduziu, ao lado da criação do IBS e da CBS, mecanismos voltados à correção da tributação indireta. À luz da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 214/2025, assinale a alternativa correta.

- A) Entre os mecanismos, destaca-se a devolução personalizada de tributos, popularmente denominada *cashback* tributário, voltada à restituição de parte dos valores pagos no consumo por determinadas pessoas físicas.
- B) A devolução personalizada do IBS e da CBS depende de lei ordinária de cada ente federativo, pois o IBS pertence aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, enquanto a CBS pertence à União.
- C) A devolução personalizada do IBS e da CBS constitui benefício fiscal concedido exclusivamente aos fornecedores de bens e serviços essenciais, com o objetivo de reduzir o preço final ao consumidor.
- D) A Constituição veda a devolução de IBS e CBS em operações com energia elétrica, água, gás e telecomunicações, por se tratarem de serviços submetidos à tributação integral.

QUESTÃO 37 – A responsabilidade tributária é um dos temas de maior debate no meio doutrinário. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) A substituição tributária para frente ocorre nos casos em que as pessoas ocupantes das posições anteriores das cadeias de produção e circulação são substituídas por pessoas que ocupam posições posteriores. Assim, o substituto posterior é responsável pelo pagamento do tributo devido.
- B) O CTN prevê a possibilidade de criação de novas hipóteses de responsabilidade, desde que seja mediante norma infralegal, atribuindo de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- C) A responsabilidade tributária por sucessão é aquela em que o responsável sucede o contribuinte como sujeito passivo do tributo.
- D) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange apenas os tributos devidos pela sucedida, excluindo as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

QUESTÃO 38 – Em relação à base de cálculo do IBS e CBS/IVA dual, é correto afirmar que:

- A) O IVA dual não integrará sua própria base de cálculo, autorizado, contudo, mediante lei complementar, a integrar a base de cálculos do imposto seletivo e do imposto de exportação.
- B) O valor do IVA dual não integra sua própria base de cálculo, sendo aplicado sobre o valor líquido da operação, o que não ocorre com o ICMS, cujo valor era incluído “por dentro” (efeito de cálculo em cascata).
- C) A sistemática do cálculo “por fora” do IVA dual tem por objetivo prestigiar a transparência fiscal, já que o imposto fica embutido no preço final.
- D) O modelo do IVA dual adota a sistemática de cálculo “por dentro”, nos termos do art. 156-A, §1º, IX da Constituição Federal.

QUESTÃO 39 – À luz das normas do Código Tributário Nacional acerca da interpretação e integração da legislação tributária, assinale a alternativa correta.

- A) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre extinção do crédito tributário, outorga e isenção e dispensa de cumprimento de obrigações acessórias.
- B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a equidade e a hermenêutica normativa.
- C) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- D) A legislação tributária será interpretada conforme as leis, os costumes, a jurisprudência e o direito internacional comparado, no que couber.

QUESTÃO 40 – A fiscalização tem por finalidade incentivar o adimplemento voluntário das obrigações tributárias, mediante a identificação e a aplicação de sanções aos contribuintes que deixem de cumpri-las. Acerca da Administração Tributária, é correto afirmar que:

- A) A legislação tributária regulará, em caráter geral ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- B) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorram quaisquer das causas de exclusão ou extinção dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- C) Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, sem limitação de exame, objeto e investigação à autoridade fiscal.
- D) A regra geral do prazo decadencial para o lançamento tributário começa a contar a partir do primeiro dia do exercício em que ocorrer o fato gerador ou da data da notificação do sujeito passivo, sempre o que ocorrer primeiro.

QUESTÃO 41 – Acerca da progressividade nos impostos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- A) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.
- B) É constitucional a fixação de adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.
- C) A progressividade extrafiscal do IPTU tem por finalidade a arrecadação; quanto mais valioso o imóvel, maior será a alíquota.
- D) O ITCMD pode ser progressivo mesmo sem que esta progressividade esteja expressamente prevista na Constituição Federal.

QUESTÃO 42 – No que se refere aos tributos em geral, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Compete aos Estados a instituição de contribuição para custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, desde que respeitadas as limitações constitucionais da legalidade e da anterioridade.
- B) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la tanto a denominação e demais características formais adotadas pela lei, quanto a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- C) Em obras inacabadas, de forma excepcional, as contribuições de melhoria poderão ser cobradas, desde que a parcela realizada tenha, de forma inequívoca, afetado na valorização dos imóveis localizados na área de influência.
- D) As taxas de fiscalização e funcionamento não podem ser calculadas com base na quantidade de empregados da empresa, embora seja admitida a utilização da área ocupada pelo estabelecimento comercial ou do ramo de atividade desenvolvido como critérios para definição da base de cálculo.

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

QUESTÃO 43 – Considerando as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 26 (R5) no que diz respeito à demonstração do resultado e à demonstração do resultado abrangente, analise as assertivas a seguir:

- I. Quando os itens de receitas e despesas são materiais, sua natureza e montantes devem ser divulgados conjuntamente.
- II. A entidade não deve apresentar rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários, quer na demonstração do resultado abrangente, quer na demonstração do resultado do período, quer nas notas explicativas.
- III. A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 44 – Durante os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Gama, foram identificadas diversas operações envolvendo investimentos e financiamentos, dentre as quais: i) aquisição de máquinas por meio de arrendamento mercantil financeiro; ii) conversão de debêntures em ações ordinárias; iii) aquisição de equipamentos com pagamento à vista e iv) contratação de empréstimo bancário com ingresso dos recursos na conta corrente da entidade. Ao revisar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a equipe discutiu quais dessas operações deveriam integrar essa demonstração. Considerando as disposições da NBC TG 03 (R3), assinale a alternativa correta.

- A) As operações que promovam alterações relevantes na estrutura patrimonial da entidade devem ser evidenciadas na DFC, ainda que não envolvam ingresso ou saída de caixa.
- B) A aquisição de ativos mediante arrendamento e a conversão mercantil financeira de debêntures em ações constituem fluxos de investimento e de financiamento que, em razão de sua relevância econômica, devem compor a DFC.
- C) A inexistência de movimentação de caixa afasta a apresentação da operação na DFC, dispensando também a divulgação complementar nas demonstrações contábeis.
- D) As transações de investimento e de financiamento que não envolvam caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na DFC, devendo, quando relevantes, ser divulgadas em outra parte das demonstrações contábeis.

QUESTÃO 45 – A NBC TG 09 (R1) apresenta três modelos de divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), prevendo em seu item 19 um modelo geral e dois modelos específicos, sendo um destes para instituições financeiras e outro para instituições de

- A) educação e filantrópicas.
- B) seguros e previdência.
- C) assistência social e previdência.
- D) natureza pública e de capital aberto.

QUESTÃO 46 – Ao examinar a movimentação financeira do exercício de 2025, a equipe de contabilidade do Município Gama identificou os seguintes ingressos de recursos:

1. Arrecadação de IPTU: R\$ 2.850.000,00.
2. Recebimento de cauções em dinheiro de empresas contratadas: R\$ 420.000,00.
3. Operação de crédito destinada à execução de obras de infraestrutura: R\$ 7.150.000,00.
4. Recebimento de depósitos judiciais: R\$ 780.000,00.
5. Alienação de bens imóveis: R\$ 1.950.000,00.
6. Recebimento de consignações em folha de pagamento: R\$ 350.000,00.
7. Transferência voluntária da União destinada à construção de escola: R\$ 3.400.000,00.
8. Recebimento de amortização de empréstimo concedido pelo Município: R\$ 900.000,00.

Considerando a classificação prevista na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que apresenta o montante correspondente às receitas orçamentárias.

- A) R\$ 13.800.000,00.
- B) R\$ 14.280.000,00.
- C) R\$ 15.120.000,00.
- D) R\$ 16.250.000,00.

QUESTÃO 47 – Em 01/01/2022, o Município Celta adquiriu um equipamento destinado ao Hospital Municipal pelo valor de R\$ 1.440.000,00. Na data do reconhecimento inicial, foram estimados vida útil de 12 anos e valor residual de R\$ 120.000,00, tendo sido adotado o método linear de depreciação. Em 31/12/2025, após quatro exercícios completos de utilização, o laudo técnico concluiu que o equipamento apresentava melhor desempenho do que o inicialmente esperado. Em razão disso, a Administração revisou as estimativas, passando a considerar, a partir de 01/01/2026, vida útil total de 15 anos, contados da data de aquisição, e valor residual de R\$ 180.000,00. Considerando as disposições do MCASP e da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, segundo as quais a revisão da vida útil e do valor residual constitui mudança de estimativa contábil com aplicação prospectiva, assinale a alternativa que apresenta a despesa de depreciação do exercício de 2026.

- A) R\$ 68.333,33.
- B) R\$ 72.500,00.
- C) R\$ 74.545,45.
- D) R\$ 80.000,00.

QUESTÃO 48 – A equipe de contabilidade do Município Alfa analisava os efeitos decorrentes da transferência de determinado crédito tributário regularmente constituído para a correspondente conta patrimonial de Dívida Ativa. Durante a reunião, surgiram diferentes interpretações acerca dos reflexos desse registro sobre o patrimônio público e as demonstrações contábeis. Considerando as orientações do MCASP, assinale a alternativa correta.

- A) A reclassificação patrimonial altera a natureza econômica do direito creditório, que deixa de representar crédito a receber para assumir a condição de ativo permanente, em razão do inadimplimento do contribuinte.
- B) O registro caracteriza fato contábil permutativo, mantendo inalterado o patrimônio líquido e sem ensejar, por si só, o reconhecimento de nova receita ou de nova variação patrimonial aumentativa.
- C) A transferência do crédito evidencia, por si só, redução da probabilidade de recuperação do ativo, tornando obrigatório o reconhecimento imediato de ajuste para perdas estimadas.
- D) O ingresso na conta patrimonial de dívida ativa representa o momento em que o crédito passa a integrar o patrimônio da entidade, razão pela qual seu reconhecimento contábil ocorre após essa etapa.

QUESTÃO 49 – Em análise à execução orçamentária do Município Ipsilon, um servidor do setor contábil identificou, no mesmo exercício financeiro, os seguintes fatos:

- Aquisição de ambulâncias novas para ampliação da frota da Secretaria Municipal de Saúde.
- Compra de prédio já em funcionamento para instalação de uma unidade administrativa.
- Amortização do principal de operação de crédito destinada à execução de obras públicas.
- Pagamento dos juros incidentes sobre esse financiamento.

Considerando a classificação orçamentária da despesa pública prevista na Lei Federal nº 4.320/1964 e no MCASP, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A aquisição de ambulâncias novas constitui despesa de capital classificada como Investimentos, por representar incorporação de bem permanente destinado à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação governamental.
- B) A aquisição de prédio já em utilização para funcionamento de órgão público classifica-se como Investimentos, em razão da incorporação de bem imóvel ao patrimônio da Administração.
- C) A amortização do principal de operação de crédito corresponde à categoria econômica das despesas de capital, integrando o grupo Amortização da Dívida.
- D) O pagamento de juros incidentes sobre operação de crédito constitui despesa corrente, ainda que os recursos obtidos tenham sido destinados à realização de investimentos públicos.

QUESTÃO 50 – Durante a execução orçamentária do Município Z, foi celebrado contrato para aquisição de equipamentos destinados à rede municipal de educação, cultura e desporto. Após a emissão da nota de empenho, verificou-se que parte dos bens foi entregue em desconformidade com as especificações contratuais, razão pela qual a comissão de recebimento recusou parte do material até a regularização pelo fornecedor. Considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- A) A liquidação poderá ser realizada integralmente, desde que o empenho tenha sido regularmente emitido e exista disponibilidade financeira para a quitação da obrigação.
- B) A existência de contrato administrativo regularmente celebrado autoriza o pagamento da despesa, ainda que a verificação do cumprimento da obrigação pelo fornecedor ocorra posteriormente.
- C) A emissão do empenho constitui reconhecimento definitivo do direito creditório do contratado, restringindo a liquidação à conferência dos documentos fiscais apresentados.
- D) A recusa parcial dos bens impede o pagamento da parcela correspondente ao objeto não recebido regularmente, cabendo à liquidação apurar a extensão do direito adquirido pelo credor em relação ao efetivo cumprimento da obrigação.

QUESTÃO 51 – Conforme exige o item 53A da NBC TSP 11 (R1), a entidade deverá apresentar como informações mínimas, além das respectivas notas explicativas:

- A) Balanço patrimonial e demonstração do resultado.
- B) Balanço patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das origens e aplicações de recursos.
- C) Balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- D) Balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração das origens e aplicações de recursos.

QUESTÃO 52 – O Município X, buscando antecipar recursos para financiar obras de infraestrutura urbana, encaminhou um projeto de lei autorizando a alienação onerosa de direitos decorrentes de créditos tributários inscritos em dívida ativa a fundo de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Durante a análise da proposta, a Procuradoria-Geral do Município examinou os requisitos estabelecidos no artigo 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) A operação admite a renegociação das condições originalmente pactuadas com o contribuinte, desde que preservados o valor principal do crédito e as respectivas garantias.
- B) O negócio jurídico poderá abranger direitos decorrentes de créditos ainda em fase de constituição, desde que exista expectativa razoável de sua formalização antes da liquidação financeira da operação.
- C) A titularidade da cobrança judicial e extrajudicial passa ao adquirente dos direitos creditórios, permanecendo com o ente público apenas a titularidade originária do crédito.
- D) A operação deve preservar a natureza do crédito, manter inalterados os critérios de atualização, os vencimentos e as demais condições originalmente ajustadas com o devedor, permanecendo com o ente público a prerrogativa de promover a cobrança judicial e extrajudicial.

QUESTÃO 53 – Segundo expressa disposição do art. 63, II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é facultado aos Municípios com população inferior a 50.000 habitantes optar por divulgar seu Relatório de Gestão Fiscal em periodicidade

- A) mensal.
- B) bimestral.
- C) semestral.
- D) anual.

QUESTÃO 54 – Durante a análise das despesas com pessoal do Município Alfa, verificou-se que sua Receita Corrente Líquida (RCL) alcançou R\$ 960.000.000,00 (novecentos e sessenta milhões de reais). Considerando que compete ao Tribunal de Contas emitir alerta quando constatada a aproximação do limite legal de despesa com pessoal, nos termos do art. 59, §1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa que apresenta o montante que caracteriza o Limite de Alerta aplicável ao Poder Executivo Municipal.

- A) R\$ 466.560.000,00.
- B) R\$ 492.480.000,00.
- C) R\$ 518.400.000,00.
- D) R\$ 544.320.000,00.

AUDITORIA

QUESTÃO 55 – Segundo Demetrius (2018), “A atividade de auditoria não pode ser conceituada de uma única forma. Isto porque uma ampla gama de serviços está abarcada neste conceito, razão pela qual devemos trazer, além da conceituação inicial, uma série de distinções entre situações análogas”. Acerca das principais características da Auditoria Externa, assinale a alternativa correta.

- A) Seus resultados são transmitidos, em regra, de maneira normatizada e não padronizada.
- B) Os destinatários dos resultados de seus trabalhos são usualmente indeterminados ou de difícil determinação.
- C) Observa exclusivamente critérios estabelecidos pela gestão como parâmetros de comparação a serem seguidos.
- D) Visa a que o contabilista preste assessoria à entidade contratante em diversos aspectos relacionados com sua profissão.

QUESTÃO 56 – No planejamento dos trabalhos de auditoria, o profissional estabelece premissas destinadas a orientar a definição dos procedimentos e a interpretação das evidências obtidas. A respeito das assertivas de auditoria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Correspondem a afirmações formuladas acerca das informações produzidas pela administração, servindo de referência para a obtenção e a avaliação das evidências de auditoria.
- B) São empregadas na definição dos procedimentos de auditoria incidentes sobre as demonstrações contábeis, constituindo fundamento para a aplicação tanto de testes de controles quanto de procedimentos substantivos.
- C) Referem-se às afirmações relacionadas ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação dos elementos das demonstrações contábeis, não guardando relação com a avaliação dos controles internos da entidade.
- D) Não constituem propriamente evidências de auditoria, mas pressupostos utilizados pelo auditor para direcionar os exames e avaliar as informações fornecidas pela administração.

QUESTÃO 57 – Durante auditoria realizada na Prefeitura do Município Alfa, verificou-se que determinadas despesas de exercícios anteriores foram reconhecidas no exercício corrente, parte dos gastos de manutenção foi registrada como investimento e informações produzidas pelo sistema contábil subsidiaram a elaboração de relatórios gerenciais utilizados na definição do orçamento municipal. Embora não tenham sido identificados indícios de fraude ou perda patrimonial, a equipe de auditoria concluiu que as inconsistências comprometiam a confiabilidade das demonstrações contábeis e dos relatórios utilizados pela administração. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) O cenário evidencia, primordialmente, risco de registros contábeis incorretos, uma vez que as transações foram classificadas e reconhecidas de forma inadequada, circunstância que pode repercutir na qualidade das informações utilizadas pela gestão.
- B) A principal exposição identificada corresponde ao risco de decisões gerenciais incorretas, pois a utilização de relatórios imprecisos afasta a possibilidade de caracterização de falhas no registro contábil.
- C) A situação caracteriza, predominantemente, risco de falta de padrões contábeis, tendo em vista que a classificação inadequada das despesas, por si só, demonstra a adoção de normas contábeis não aceitas.
- D) O caso revela risco de litígios fiscais e trabalhistas, pois erros de classificação contábil tendem a gerar, necessariamente, contingências decorrentes do descumprimento de obrigações legais.

QUESTÃO 58 – Durante o planejamento da auditoria das demonstrações contábeis do Município Beta, a equipe responsável constatou que a entidade realiza operações de elevada complexidade, utiliza estimativas contábeis relevantes e atua em ambiente regulatório sujeito a frequentes alterações. Os controles internos haviam sido recentemente aperfeiçoados e, em avaliação preliminar, mostravam-se adequadamente estruturados. Ainda assim, os auditores decidiram ampliar a extensão dos testes em determinadas áreas, considerando a possibilidade de a alta administração conhecer previamente a estratégia de auditoria e direcionar eventual fraude para contas menos suscetíveis à seleção dos procedimentos. Considerando a situação hipotética e os conceitos relativos aos riscos de auditoria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A elevada complexidade das operações, a utilização de estimativas contábeis e as características do ambiente em que a entidade atua constituem fatores associados ao risco inerente, independentemente da qualidade dos controles internos existentes.
- B) Ainda que os controles internos sejam considerados efetivos, o auditor poderá ampliar a extensão dos procedimentos quando identificar circunstâncias capazes de aumentar a probabilidade de que distorções relevantes não sejam identificadas durante a execução da auditoria.
- C) A existência de controles internos eficazes tende a reduzir o risco de que erros ou desvios materiais não sejam prevenidos ou detectados pela própria entidade, sem afastar a necessidade de o auditor avaliar os demais componentes do risco de auditoria.
- D) A redução do risco de controle interno implica a correspondente redução do risco de detecção, uma vez que ambos decorrem da eficácia dos procedimentos de controle implementados pela entidade.

QUESTÃO 59 – Com base na NBC TA 530, sobre a avaliação do resultado da amostragem de auditoria, analise as assertivas a seguir:

- I. Para os testes de controles, uma taxa de desvio da amostra inesperadamente alta leva a um aumento excessivo no risco identificado de distorção relevante, ainda que sejam obtidas evidências adicionais seguras de auditoria que comprovem a avaliação inicial.
- II. No caso de testes de detalhes, a distorção projetada mais a distorção anômala, quando houver, é a melhor estimativa do auditor de distorção na população.
- III. Quanto mais próximo o somatório da distorção projetada e da distorção anômala estiver da distorção tolerável, mais provável será que a distorção real na população exceda a distorção tolerável.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 60 – Ao concluir a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Zeta, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, o auditor independente emitiu seu relatório em 15/03/2026. Em 20/03/2026, antes da divulgação das demonstrações contábeis ao mercado, tomou conhecimento de decisão judicial definitiva relacionada a processo existente antes do encerramento do exercício, capaz de alterar significativamente sua opinião caso fosse conhecida na data do relatório. À luz da NBC TA 560 (R1) – Eventos Subsequentes, assinale a alternativa correta.

- A) O auditor deve executar novamente todos os procedimentos de auditoria realizados anteriormente, uma vez que qualquer fato relevante ocorrido após a data do relatório exige a reabertura integral dos trabalhos.
- B) Após a data do relatório do auditor, este permanece obrigado a executar procedimentos de auditoria contínuos até a data da divulgação das demonstrações contábeis, independentemente da ocorrência de fatos novos.
- C) O auditor não tem obrigação de executar procedimentos de auditoria após a data de seu relatório. Todavia, se tomar conhecimento, antes da divulgação das demonstrações contábeis, de fato que poderia ter alterado seu relatório, deverá discutir o assunto com a administração e avaliar a necessidade de modificações.
- D) Como o fato tornou-se conhecido somente após a emissão do relatório do auditor, eventual alteração das demonstrações contábeis dependerá exclusivamente da decisão da administração, inexistindo providências adicionais a serem adotadas pelo auditor.

QUESTÃO 61 – Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia aberta, o sócio do trabalho verificou que um dos integrantes da equipe possuía experiência limitada em operações financeiras complexas e que surgiram circunstâncias não previstas pelos procedimentos padronizados da firma. Considerando a NBC TA 220 (R3), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A equipe de trabalho poderá implementar respostas adicionais no nível do trabalho quando as políticas e os procedimentos da firma se mostrarem insuficientes para enfrentar riscos específicos decorrentes das circunstâncias da auditoria.
- B) A responsabilidade pelo sistema de gestão da qualidade permanece atribuída à firma, cabendo à equipe de trabalho implementar, no âmbito da auditoria, as respostas aplicáveis e comunicar informações relevantes quando exigido pelas políticas e procedimentos estabelecidos.
- C) A natureza, a época e a extensão da direção, da supervisão e da revisão dos trabalhos podem variar conforme as características da auditoria, a composição da equipe e as circunstâncias específicas do trabalho.
- D) A necessidade de respostas adicionais no nível do trabalho depende de autorização prévia da firma, sendo vedado à equipe adotar medidas não previstas em seus programas padronizados de auditoria.

QUESTÃO 62 – No curso da auditoria das demonstrações contábeis de uma sociedade empresária, decidiu-se empregar confirmações externas para obtenção de evidência acerca de determinadas contas patrimoniais. Com base na NBC TA 505 – Confirmações Externas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O controle do procedimento de confirmação externa compreende, entre outros aspectos, a definição das informações a serem confirmadas, a seleção dos destinatários, o envio das solicitações e o recebimento das respectivas respostas.
- B) A inexistência de resposta a uma solicitação de confirmação positiva autoriza a substituição dos procedimentos de auditoria por julgamento profissional, desde que a administração demonstre a baixa relevância do saldo envolvido.
- C) Havendo circunstâncias que comprometam a confiabilidade de uma resposta recebida, torna-se necessária a obtenção de evidência adicional apta a confirmar ou afastar as dúvidas identificadas.
- D) A recusa da administração em permitir o envio de solicitações de confirmação externa exige a análise das razões apresentadas, da razoabilidade dessa restrição e de seus reflexos sobre a avaliação dos riscos e sobre a condução dos trabalhos.

QUESTÃO 63 – Ao concluir a auditoria das demonstrações contábeis de uma sociedade empresária, a equipe responsável verificou que havia obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente e que as demonstrações foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Nessa situação, à luz da NBC TA 700, assinale a alternativa correta.

- A) A emissão de opinião não modificada depende exclusivamente da obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente, sendo dispensável a avaliação da adequação da apresentação das demonstrações contábeis.
- B) A opinião não modificada poderá ser emitida sempre que inexistirem distorções materiais, ainda que não tenha sido possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente acerca de determinados saldos relevantes.
- C) Ao concluir que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, e tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, deve ser expressa opinião não modificada.
- D) Nas demonstrações elaboradas de acordo com estrutura de apresentação adequada, a avaliação limita-se à conformidade formal com os requisitos da estrutura contábil aplicável, sendo irrelevante verificar se a apresentação das demonstrações é adequada em seu conjunto.

QUESTÃO 64 – Uma empresa estatal pretende contratar auditor independente para emissão de relatório sobre informações não financeiras relacionadas à sustentabilidade. Antes da contratação, o conselho de administração solicitou esclarecimentos acerca da NBC TA – Estrutura Conceitual, aplicável aos trabalhos de asseguarção em questão. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.

- A) O documento possui natureza normativa e, por isso, estabelece os procedimentos mínimos que devem ser observados em qualquer trabalho de asseguarção, independentemente da existência de norma específica.
- B) A parte responsável pelas informações do objeto do trabalho deve coincidir, obrigatoriamente, com o usuário previsto do relatório, vedando-se a existência de destinatários distintos.
- C) Atividades de consultoria e assessoramento enquadram-se na categoria de asseguarção sempre que tenham por objetivo aumentar a confiança dos destinatários nas informações disponibilizadas.
- D) Sua finalidade consiste em fornecer as bases conceituais para a compreensão dos elementos e dos objetivos dos trabalhos de asseguarção, cabendo às normas específicas disciplinar os procedimentos e demais exigências aplicáveis a cada espécie de trabalho.

QUESTÃO 65 – No curso da auditoria das demonstrações contábeis de uma sociedade empresária, foram identificadas falhas no processo de segregação de funções e na aprovação de pagamentos. Considerando as disposições da NBC TA 265, analise as assertivas a seguir:

- I. As deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria devem ser comunicadas tempestivamente, por escrito, aos responsáveis pela governança.
- II. A comunicação de deficiência significativa de controle interno substitui a obrigação de obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre as áreas afetadas, uma vez que a responsabilidade pela correção das falhas é da administração.
- III. A comunicação das deficiências de controle interno tem por finalidade permitir ao auditor concluir acerca da eficácia dos controles internos da entidade, servindo de fundamento para a emissão de opinião específica sobre esse sistema.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 66 – Nos termos do artigo 6º do Decreto Federal nº 6.022/2007, compete à Secretaria da Receita Federal adotar as medidas necessárias para viabilizar a implantação e o funcionamento do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), coordenar as atividades relacionadas ao sistema, compatibilizar as necessidades de seus usuários e

- A) estabelecer a política de segurança e de acesso às informações armazenadas eletronicamente.
- B) definir as normas gerais para consolidação das contas públicas e para a padronização dos registros contábeis aplicáveis aos entes da Federação.
- C) disciplinar a divulgação das demonstrações financeiras das companhias abertas e regulamentar o acesso às informações prestadas ao mercado de capitais.
- D) estabelecer os procedimentos de supervisão prudencial das instituições financeiras e disciplinar o acesso aos sistemas de informações bancárias nacionais.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E MUNICIPAL

QUESTÃO 67 – O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que estes não se constituam como atividade preponderante do prestador. A cobrança do referido tributo compete:

- A) À União e aos Estados.
- B) Aos Municípios e aos Estados.
- C) Aos Municípios e ao Distrito Federal.
- D) Aos Estados e ao Distrito Federal.

QUESTÃO 68 – Nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, a alíquota mínima prevista em lei para o ISSQN é de _____, devendo-se respeitar, também, o percentual máximo de _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) 1% – 3%
- B) 2% – 5%
- C) 1% – 5%
- D) 2% – 3%

QUESTÃO 69 – Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, observado o limite de faturamento ano-calendário definido em lei, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, EXCETO:

- A) Sociedade Empresária.
- B) Sociedade de Economia Mista.
- C) Sociedade Simples.
- D) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

QUESTÃO 70 – A Lei Complementar nº 123/2006 instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), que implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições, EXCETO:

- A) Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II).
- B) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).
- C) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- D) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

QUESTÃO 71 – Conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional as microempresas ou empresas de pequeno porte nas seguintes condições:

- I. Cujos titulares ou sócios sejam domiciliados no exterior.
- II. Que possuam débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- III. Que exerçam atividade de produção ou venda no atacado de cigarros.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 72 – Com base nas disposições da Lei nº 8.331/2018, analise a sentença abaixo:

Ficam isentas do pagamento de IPTU as áreas urbanas ou urbanizáveis, de relevante interesse ecológico, assim declaradas mediante ato do órgão ambiental competente **(1ª parte)**. Para fazer jus à isenção do pagamento de IPTU, o proprietário deverá providenciar a averbação na matrícula do imóvel do gravame de natureza ambiental, após certidão expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente **(2ª parte)**. A descaracterização total ou parcial dos atributos responsáveis pelo reconhecimento do imóvel como de interesse ambiental acarretará a perda do benefício fiscal de isenção de IPTU, não havendo possibilidade de renovação **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

- A) Apenas a 1ª parte.
- B) Apenas a 3ª parte.
- C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- D) Todas as partes.

QUESTÃO 73 – Com base no disposto na Lei nº 8.718/2021 sobre a isenção do pagamento do IPTU para os portadores de doenças graves, analise as assertivas abaixo:

- I. Fica isento do pagamento do IPTU o cidadão acometido de síndrome da imunodeficiência adquirida (aids), que seja proprietário de um único imóvel, utilizado exclusivamente como sua residência, com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos vigentes no país.
- II. A isenção estende-se aos boxes de garagens individualizados, localizados no mesmo lote do imóvel objeto da isenção.
- III. O pedido de isenção deverá ser efetuado até o dia 31 de agosto, para concessão do benefício a partir do exercício subsequente, devendo ser renovado de 2 em 2 anos, a contar da primeira solicitação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 74 – Conforme a Lei Complementar nº 581/2019, os créditos tributários ou não tributários, devidos por pessoas físicas ou jurídicas à Fazenda Pública Municipal, Administração direta e indireta, inscritos em dívida ativa, poderão ser parcelados em até:

- A) 30 parcelas.
- B) 40 parcelas.
- C) 50 parcelas.
- D) 60 parcelas.

QUESTÃO 75 – José do Brasil, sessenta e cinco anos de idade, aposentado e viúvo, com renda mensal de dois salários mínimos nacionais, é proprietário de um pequeno apartamento na zona central de Caxias do Sul, local onde reside sozinho. A aposentadoria é sua única fonte de renda. O referido apartamento é o único imóvel registrado em nome de José em todo o território nacional. Considerando o caso hipotético e as disposições da Lei Complementar nº 619/2020, assinale a alternativa correta.

- A) José do Brasil não tem direito à isenção de IPTU, devido à sua idade ser inferior a setenta anos.
- B) Ter apenas um imóvel registrado em seu nome em todo o território nacional é um dos requisitos necessários para a concessão de isenção de IPTU nesse caso.
- C) A renda mensal de José do Brasil é incompatível com aquela descrita em lei como requisito à concessão de isenção de IPTU.
- D) O fato de José do Brasil residir no imóvel é irrelevante para a isenção de IPTU nesse caso.

QUESTÃO 76 – Com base na Lei Complementar nº 701/2022, que instituiu o Código Tributário do Município de Caxias do Sul, estão compreendidos na incidência do Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos*, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais a Eles Relativos (ITBI), EXCETO:

- A) O usucapião.
- B) A permuta.
- C) A compra e venda.
- D) A adjudicação.

QUESTÃO 77 – São impostos de competência do Município de Caxias do Sul, EXCETO:

- A) IPTU.
- B) ITBI.
- C) ISSQN.
- D) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

QUESTÃO 78 – O descumprimento de obrigação prevista no Código Tributário do Município de Caxias do Sul sujeita o infrator ao pagamento de multas, dentre outras penalidades. Nesse sentido, o não recolhimento, total ou parcial, do ISSQN retido na fonte ou por substituição tributária, dentro do prazo previsto, acarretará a aplicação de multa na importância igual a _____ sobre o valor do imposto devido, atualizado monetariamente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 40%
- B) 50%
- C) 60%
- D) 100%

QUESTÃO 79 – Com base no disposto no Código Tributário do Município de Caxias do Sul, analise a sentença abaixo:

As taxas de licença são devidas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município (**1ª parte**). Contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício de atividades ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município (**2ª parte**). O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos a licença sem o pagamento da respectiva taxa ficará sujeito a multa de importância igual a 100% do valor do tributo, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais cominações cabíveis (**3ª parte**).

Quais partes estão corretas?

- A) Apenas a 1ª parte.
- B) Apenas a 3ª parte.
- C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- D) Todas as partes.

QUESTÃO 80 – A Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação e de Segurança Pública (COSIP), prevista no art. 149-A da Constituição Federal, tem por finalidade custear o planejamento, a operação, a manutenção, a expansão, a instalação, a modernização, a eficientização, a logística reversa, o aprimoramento e o desenvolvimento da rede e de demais infraestruturas aplicadas ou que impactem o serviço de iluminação pública e os sistemas de monitoramento destinados à segurança e à preservação de logradouros públicos. Nesse sentido, nos termos da Lei Complementar nº 701/2022, são isentos do pagamento da COSIP, EXCETO:

- A) Autarquias municipais.
- B) Hospitais.
- C) Contribuintes residenciais, rurais, comerciais e industriais cujo consumo mensal não exceda cinquenta quilowatts-hora.
- D) Poder Público Municipal.